

XIV Jornadas de Investigación y Tercer Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2007.

Escuela y derechos de la infancia: una perspectiva desde los profesores.

Demarchi, Karina Adriani, Gonçalves, Jaqueline y Castellá Sarriera, Jorge.

Cita:

Demarchi, Karina Adriani, Gonçalves, Jaqueline y Castellá Sarriera, Jorge (2007). *Escuela y derechos de la infancia: una perspectiva desde los profesores. XIV Jornadas de Investigación y Tercer Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-073/480>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/e8Ps/frH>

ESCUELA Y DERECHOS DE LA INFANCIA: UNA PERSPECTIVA DESDE LOS PROFESORES

Demarchi, Karina Adriani; Gonçalves, Jaqueline; Castellá Sarriera, Jorge
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Brasil

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo explorar la percepción de los progenitores sobre los derechos de la infancia. La investigación ha utilizado una metodología cuantitativa. La muestra está compuesta por 250 profesores de nivel socio-económico-cultural mediano. El instrumento para la recogida de los datos es un cuestionario para los profesores de los niños con edades comprendidas entre los 7 hasta los 12 años, compuesto por 21 preguntas distribuidas en una escala Likert de 5 puntos. Los participantes fueron contactados por medio de escuelas de la red pública y privada, y los cuestionarios fueron aplicados en los profesores en la propia escuela. El análisis de los datos fue realizado a partir de un estudio descriptivo de las respuestas, verificando las frecuencias, porcentajes y desvíos padrones. Los resultados mostraron que 34,6% de los profesores piensan que la escuela es responsable por la promoción de los derechos de la infancia, garantizando igualdad de oportunidades a los estudiantes. A respecto de padres, 42,1% de los profesores consideraron que ellos ofrecen poca orientación sexual a sus hijos, en lo que se refiere a la promoción de los derechos de la infancia en el contexto familiar.

Palabras clave

Escuela Profesores Derechos Infancia

ABSTRACT

SCHOOL AND CHILDREN'S RIGHTS:
A TEACHER'S PERSPECTIVE

This study aims to investigate the acknowledgment that school teachers have concerning children's rights. The sample is composed by 250 teachers (males and females), contacted through public and private schools. The data collection has been done through a questionnaires specifically designed for this study, that aimed to explore teacher's knowledge and opinion about children's rights with 21 questions in a 5-point Likert scale (1-very unsatisfactory ; 5-very satisfactory) and 4 dichotomized questions (yes/no). To analyze the data, a descriptive study of the dichotomized answers was made, verifying frequencies, percentage, and standard deviations. The results showed that 34,6% of the teachers believe that, towards the promotion of rights that are responsibility of school, they guarantee equality of opportunities to the students, just as 42,1% of them consider that student's parents rarely provides sexual orientation to their children, referring to the promotion of rights on family context.

Key words

Rights Teachers School Childhood

Apesar da Convenção dos Direitos da Infância representar um novo passo no sentido de promover proteção às crianças e adolescentes, deve-se levar em conta os diversos contextos onde estes indivíduos estão inseridos a fim de ser possível traçar quais as reais necessidades destas populações. Frente a isso faz-se importante conhecer como se constroem e se exercem os direitos na infância desde a perspectiva dos professores.

METODOLOGIA

Esta pesquisa seguiu uma abordagem eminentemente quantitativa, com delineamento transversal descritivo, visando explorar e conhecer as opiniões dos professores de crianças em idade escolar sobre os direitos da infância.

Amostra

250 professores, de escolas públicas e privadas da capital e do interior do estado do Rio Grande do Sul.

Instrumento

O questionário dos professores está composto por 21 questões em uma escala Likert de cinco pontos (1-nada satisfeitos; 5-totalmente satisfeitos) e 4 questões do tipo dicotômicas ("sim" ou "não").

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados serão apresentados por meio de um agrupamento de categorias por temas semelhantes.

1. Participação dos professores em atividades relacionadas aos direitos da criança

Este item foi formulado a partir da análise das respostas a uma pergunta do tipo dicotômica (sim ou não) quanto à participação dos docentes em atividades relacionadas aos direitos da criança, em que 45,5% dos professores afirmaram haver participado em atividades relacionadas com os direitos da infância.

2. Satisfação com a orientação proporcionada pela escola a educação baseada na solidariedade e nos direitos humanos, em comparação com outros temas

Um dos direitos analisados no questionário foi o *direito à educação* (artigo 28 da Convenção), assim como a *promoção dos direitos humanos através desta* (artigo 29). De forma objetiva, nessa questão se pediu uma avaliação sobre a educação proporcionada às crianças na escola, acerca de quatro áreas temáticas: educação com base na solidariedade e direitos humanos; educação alimentar; educação sexual; e educação cívica. As perguntas foram respondidas a partir de uma escala do tipo Likert de um a cinco pontos.

Pode-se observar os professores manifestaram-se entre moderadamente e bastante satisfeitos com o tratamento escolar das distintas temáticas. Por outro lado, os docentes se mostraram muito críticos com relação à orientação que os alunos recebem de seus próprios pais, nas respostas às mesmas temáticas.

Os dados demonstraram ainda que os professores pontuaram de forma mais elevada à educação com base na solidariedade e nos direitos humanos (3,77%). Uma hipótese para tal índice pode ser explicada por meio do conhecido efeito da desejabilidade social.

Observou-se também que os docentes avaliaram as tarefas educativas dos progenitores de maneira muito inferior do que avaliaram a sua própria atividade como professor. Esse

resultado pode sugerir a necessidade de se estabelecer vínculos mais estreitos de comunicação entre a família e a escola, em áreas a potencializar objetivos comuns. Tal como se defende na Convenção sobre os Direitos da Criança: o desenvolvimento da personalidade, as atitudes e as capacidades mentais e físicas das crianças até o máximo de suas possibilidades. Por fim com relação à educação sexual, notou-se que esta agrupa as maiores diferenças, o que mais uma vez evidencia a carência de habilidades dos profissionais da rede de ensino para trabalhar com a temática da sexualidade, em ambas as amostras.

3. Direitos das crianças a liberdade de expressão

De forma mais pontual, esta questão explorou as opiniões dos professores sobre os direitos da criança a liberdade de expressão. Foi perguntado, por meio de uma escala do tipo Likert de cinco pontos, em que medida estão de acordo com que as crianças tenham direito em manifestar *sempre* livremente o que pensam. Um índice de 49,2% dos professores se mostrou *totalmente de acordo* com que as crianças tenham direito de expressar sempre totalmente o que pensam. Somente 6,2% se manifestaram *totalmente em desacordo*.

4. Respostas de professores a perguntas que contextualizam a visão do exercício de alguns direitos infantis

Com relação ao questionamento sobre os recursos dispostos para poder atender a diversidade dos alunos de sua > Em contrapartida, a questão que se referia à igualdade de oportunidades proporcionada pela escola aos alunos, foi considerada bastante garantida pelos professores ($x = 3,93$; $p = ,598$). Ainda, com relação a real autonomia para incorporar o interesse das crianças na programação das aulas, 44% dos professores consideraram ter *totalmente* autonomia. Para finalizar esta seção, um índice de 48,7% dos professores consideraram que devem ser levadas em conta às decisões infantis, apenas 15,5% estiveram bastante em desacordo com esta afirmação geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à avaliação dos professores sobre a promoção dos direitos na escola e na família, existe a idéia de que os mesmos são promovidos parcialmente. Nesse caso, detecta-se uma necessidade de otimizar a escola como um espaço de construção e fortalecimento do exercício dos direitos na infância.

BIBLIOGRAFÍA

- ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU, 1989.
- BROFENBRENNER, U.: A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CASAS, Ferran Aznar: Children's rights and children's quality of life: conceptual and practical issues. Social Indicators Research, 42, p. 238-298, 1997.
- ECA, Estatutos do Direito da Infância e Adolescência, 1990.
- KRAMER, Sonia: Infância, educação e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Ed. Ravil, 1998.